

AVANÇOS E DESAFIOS PARA O ATENDIMENTO AS NECESSIDADES ESPECIAIS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UFPB

Fabírcia de Fátima Araújo Chaves
Ana Cristina Silva Daxenberger
Lidiane Rodrigues Diniz

Resumo

A presente pesquisa visou compreender e avaliar como está se desenvolvendo o processo de inclusão escolar no tocante ao atendimento as necessidades especiais de alunos com Deficiência Física (DF), no Centro de Ciências Agrárias da UFPB, no município de Areia, no estado da Paraíba. A escolha da Universidade se deu por ser a única Instituição de Ensino Superior do município e que atualmente tem dois estudantes com DF matriculados regularmente. Este trabalho teve por objetivo identificar e compreender os avanços e desafios enfrentados pelos estudantes com DF para concluir seus estudos; pelo coordenador de curso, chefias departamentais e professores ao atender as necessidades especiais dos alunos com DF, bem como as adaptações necessárias realizadas pela Universidade para oferecer acessibilidade. Adotou-se o método qualitativo e descritivo com ênfase na pesquisa de campo, na qual foram aplicados questionários semiestruturados para dois alunos com DF, um coordenador de curso, dois chefes de departamento e sete professores de graduação e pós-graduação. Também foram fotografados os espaços físicos do Campus frequentados pelos alunos com DF. Os dados foram categorizados segundo Bogdan e Biklen e analisados à luz de fundamentos teóricos e documentos legais. A partir dos resultados obtidos verificou-se que os participantes têm conhecimento dessa temática, ao mesmo tempo em que reconhecem a importância e aceitam de maneira positiva a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. A maioria dos profissionais se sente despreparada para atuarem de forma mais efetiva nesse processo por não terem uma formação nessa área. O Campus não oferece acessibilidade adequada para que os alunos com DF possam realizar com autonomia suas atividades. O processo de inclusão é longo e requer

www.tecnologianaeducacao.com.br

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



comprometimento de todos que compõe um ambiente escolar, para oferecer um ensino de boa qualidade e garantir acessibilidade, assim respeitando as diferenças.

Palavras-chaves: Inclusão escolar, deficiência física, acessibilidade.

Abstract

The present research aimed at understand and evaluate how is developing the process of the school inclusion regarding to service the special needs of students with Physical Disabilities (PD), in the Center of Agricultural Science of UFPB, in Areia City, in the state of Paraíba. The choice of the University occurred because it is the only higher education institution in the city and currently has two students with PD enrolled regularly. This study aimed at identifies and understand the advances and challenges faced by the students with PD for conclude their studies and for coordinator, departmental heads and teachers attend the special needs of students with PD, as well as the necessary adaptations performed by the University to offer an adequate accessibility for the students with PD. It was adopted a qualitative and descriptive method with emphasis on field research, that was applied a semi-structures questionnaires for two students with PD, one course coordinator, two department heads, and seven teachers of graduation and graduate that attend the students with PD. Also were photographed the physical space of the campus frequented by the students with PD. The data was categorized according Bogdan and Bickle and analyzed the light of the theoretical fundamentals and legal documents. From the results obtained it was verified that the participants have knowledge about this thematic, at the same time that they recognize the importance and that they accept in a positive way the inclusion of students with disabilities in Higher School. Most of the professionals feel unprepared to act more effectively in this process because they have no formation in this area. The Campus does not offer adequate accessibility for those students with PD to they be able to

www.tecnologianaeducacao.com.br

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



realize with autonomy their activities. The inclusion process is long and requires commitment from everyone that makes up the school environment, to offer a good qualities education and ensure accessibilities, thus respecting the differences.

Keywords: School inclusion, physical disability, accessibility.

Introdução

A inclusão escolar de pessoas com deficiência começou a ser refletida, com mais propriedade, a partir dos anos 1990, principalmente, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem (1990) e com a Declaração de Salamanca (Espanha, 1994), que trata dos Princípios, Política e Prática em Educação Especial. Esta última declaração estabeleceu a educação inclusiva para todos, dando destaque ao atendimento especializado às pessoas com necessidades educativas especiais, garantindo, assim, a integração das pessoas com deficiência no processo educativo.

No Brasil, as políticas públicas voltadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência garantem as condições para o acesso e a permanência desse alunado na Educação Básica. O inciso I, do Art. 206 da Constituição Federal, de 1988, determina igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; e já o inciso III do Art. 208, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Entretanto, poucos são os alunos com deficiência que ingressam no Ensino Superior, alguns por apresentarem limitações físicas caracterizadas por deficiências sensoriais ou motoras. Especificamente, a partir dos anos 1990, no Brasil, várias foram as leis editais para garantir os direitos da pessoa com deficiência aos diferentes segmentos sociais. Exemplo disto é a Lei 10.098, de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de

barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Considerando estas normativas, essa pesquisa abre espaço para a discussão sobre a inclusão de alunos com deficiência física (DF) no ensino superior, propondo um estudo em uma Instituição de Ensino Superior do município de Areia, a fim de compreender como está sendo o atendimento as necessidades especiais das pessoas com DF, no Campus II da UFPB, na cidade de Areia, estado da Paraíba. Principalmente por entender que as instituições públicas são responsáveis por garantir e colaborar com a construção de uma sociedade inclusiva conforme previsto na Resolução 48/93 da ONU.

Com a intenção de refletir sobre a realidade vivenciada, propõe-se como objetivo geral da pesquisa identificar e compreender os avanços e desafios que alunos com Deficiência Física, matriculados na UFPB, no Centro de Ciências Agrárias, enfrentam para concluir seus estudos, bem como compreender as Políticas de Inclusão Social que a UFPB tem realizado para materializar: o direito das pessoas com deficiência, para acessar os diferentes espaços físicos da UFPB/CCA; e, as adaptações compatíveis e necessárias para o melhor atendimento aos alunos.

Como objetivos específicos, a presente pesquisa buscou: a) Averiguar se o Centro de Ciências Agrárias da UFPB dispõe de estruturas físicas adaptadas de acordo com o exigido por lei; b) Identificar as dificuldades enfrentadas pelos alunos com DF na Universidade; c) Compreender como estão sendo feitas as adaptações físicas e curriculares para melhor atender os alunos com DF; d) Conhecer a concepção dos professores e das Chefias Departamentais sobre Inclusão no Ensino Superior.

Referencial Teórico

O termo deficiência descrito pelo Novo Dicionário Aurélio (1986) de língua portuguesa, significa falta, falha ou carência. Mas, de acordo com as Normas da ABNT o conceito de deficiência é descrito de forma mais ampla e refere-se à redução,

limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em carácter temporário ou permanente. A Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência (2009), em seu preâmbulo, reconhece que deficiência é um conceito em evolução e que esta resulta da “interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”.

Para Carvalho (2010, p. 40),

As comparações entre o “eu” e o “outro” (quando deficiente) ocorrem numa dimensão de alteridade comprometida pelo modelo clínico ou pelo modelo matemático que, segundo a teoria dos conjuntos, organiza e separa os grupos em função de suas características diferenciadas.

Quanto ao conceito de deficiência física (DF), entende-se de acordo com o Decreto 5.296, de 02 de Dezembro de 2004, Art. 5º, inciso I, como sendo caracterizada por alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

No Brasil, os documentos que se referem à pessoa com deficiência descrevem esta como “pessoa portadora de deficiência”, como pode ser encontrado na Legislação Federal de Acessibilidade que, de acordo com o Decreto 5.296 de 02 de Dezembro de 2004, Cap. II, Art. 5º, inciso I, pessoa portadora de deficiência é a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho. Essa terminologia, hoje já não é mais utilizada, sendo substituída pelo termo “pessoa com deficiência”, que surgiu a partir da reflexão de que “deficiências não se portam, não são carregadas como objetos de um lado para

outro, elas são vivenciadas”, Sasaki (2003), citado por VALDÉS (s/d, p.30).

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, assegura a todos sem distinção o direito de igualdade de condições em todos os segmentos da sociedade inclusive o educacional. O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como sendo “*direito de todos e dever do Estado e da família [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”. O inciso I do Art. 206 da Constituição Federal de 1988, determina igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Dessa forma, fica determinado por lei o direito a educação, preferencial na rede regular de ensino da pessoa com deficiência garantindo as condições para o acesso e a permanência desse alunado na Educação Básica.

A partir dos anos de 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jontiem-Tailândia (1990) e com a Declaração de Salamanca (Espanha) 1994, a inclusão escolar de pessoas com deficiência começou a ser refletida com mais propriedade. Um novo olhar se voltava para as pessoas com deficiência e suas Necessidades Educativas Especiais passavam a ser entendidas e atendidas.

A ação sobre as Necessidades Educativas Especiais, presente na Declaração de Salamanca (1994), foi baseada nas normas das Nações Unidas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência A/RES/48/96. Essa Ação tem como princípio orientador afirmar que as escolas devem se adaptar a todas as crianças sem distinção, atendo-as conforme suas necessidades. De acordo com a Declaração de Salamanca, todas as pessoas com deficiência têm o direito de expressar os seus desejos em relação à sua educação, tendo os pais, o direito inerente de ser consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Stainback e Stainback (1999, p. 50) enfatizam que “A inclusão como uma força potencial para renovação da escola frequentemente encontra obstáculos”. Esses obstáculos citados pelos autores são bastante presentes durante o processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Regular e são refletidos no Ensino Superior, pois

poucos são os alunos com deficiência que ingressam nessa modalidade de ensino.

Dentre muitas dificuldades identificadas como significativas no processo de aprendizagem dos alunos com NEE, destacam-se as barreiras enfrentadas pelos alunos, por sua família e pelos seus professores, sobretudo, no que se refere às vezes à matrícula e permanência do aluno na escola. Essa problemática também pode ser encontrada no âmbito do ensino superior. Para CARVALHO (2010, p.121): “Barreiras precisam e podem ser removidas, o que vai conferir à proposta da educação inclusiva sua verdadeira dimensão de qualidade”, principalmente se a instituição de ensino se comprometer em ressignificar o seu cotidiano, suas práticas e seus princípios pedagógicos que possam reconhecer a diversidade como condição humana.

A garantia do acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino está assegurada pela adoção de medidas de apoio específicas, que tem por finalidade promover condições de acessibilidade necessárias, à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência, em ambientes que beneficiem o seu desenvolvimento acadêmico e social. Conforme previsto na Resolução CNE/CEB nº 4/2009 que designa Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Art. 3º, o qual determina que a educação especial se realize em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo esse atendimento como parte integrante do processo educacional.

No que tange as Instituições de Ensino Superior, a Portaria Ministerial (MEC) nº 3.284, de 07 de Novembro de 2003, estabelece que essas instituições, ao pleitearem autorização, reconhecimento, credenciamento ou renovação ao Ministério da Educação para fins de avaliação de seus cursos, estão sujeitas à comprovarem o atendimento aos requisitos de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental e programática para alunos com deficiência.

No Brasil, o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), fundamentado nos princípios e diretrizes presentes na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) propõe ações que asseguram o direito da pessoa com deficiência na educação superior, sendo voltado, exclusivamente, para as

instituições de ensino superior pública federal. O Programa Incluir trata-se de uma ação afirmativa de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, que tem por objetivo básico garantir o cumprimento do Decreto 5.296/2004, por meio do financiamento de projetos que visam à promoção de uma educação de qualidade. A ideia é fomentar a implantação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, com a finalidade de organizar ações institucionais para garantir a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.

A Lei nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, Art. 2º, inciso II, define barreira como sendo “qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas”. A eliminação desses obstáculos, sendo classificados como barreiras arquitetônicas urbanísticas, segundo a lei, assegura a acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais no ambiente escolar.

Metodologia

Esta pesquisa foi realizada no município de Areia-PB, no Centro de Ciências Agrárias da UFPB, sendo escolhido por ser a única Instituição de Ensino Superior (IES) da cidade e que atualmente tem dois estudantes com deficiência física matriculados regularmente. Constitui-se de um estudo de cunho qualitativo e descritivo.

A pesquisa foi de campo, com a utilização de questionários semiestruturados direcionados a 2 alunos com DF, a 7 professores de graduação e pós-graduação que atendem os alunos com DF, a 2 chefias departamentais vinculadas diretamente no atendimento aos alunos com DF e a um coordenador de curso, no qual tem matriculado uma aluna com DF. Também se utilizou da observação e registro fotográfico para o estudo da estrutura física do campus II da UFPB. Antes da coleta de todos os dados, foi solicitada autorização aos alunos com DF para a publicação dos dados e ao diretor de

centro para a aplicabilidade do projeto.

Os participantes foram identificados por letras, por questões éticas, sendo os alunos identificados por A1 e A2; os professores de graduação e pós-graduação por P1, P2, P3, P4, P5, P6 e P7; o coordenador de curso por C1; e as chefias departamentais por CD1 e CD2.

Os participantes da pesquisa receberam os questionários na Universidade, sendo a maioria deles respondidos na mesma, em um prazo de oito dias a pesquisadora retornava às salas dos entrevistados recolhendo os questionários. A análise dos dados se deu segundo as ideias de Bogdan e Biklen (1994), sendo organizados os mesmos em categorias de análises e interpretados à luz dos teóricos da área de estudo e de documentos oficiais. Considerando as ideias de Bogdan e Biklen (1994) têm-se as seguintes categorias: espaço físico; concepção sobre inclusão no ensino superior dos profissionais da educação participantes da pesquisa; diversidade em sala de aula; formação docente; adaptação curricular; relações interpessoais e desempenho do aluno.

Resultados

Tornou-se possível nesse trabalho identificar que muitos dos espaços físicos do CCA, ainda são prédios que conservam sua arquitetura antiga, que nos últimos anos estão sendo adaptados para promover a acessibilidade de pessoas com deficiência física que estudam e visitam o Campus. Também há a construção de novos prédios, estes tendo a obrigação imposta por lei de oferecer acessibilidade adequada para que as pessoas com deficiência física tenha o seu acesso garantido nos diferentes espaços físicos da Universidade. Destaca-se que a maioria dos acessos aos prédios do campus se dá por ruas com calçamento de paralelepípedo enlameadas.

Quanto aos dados oriundos dos alunos com DF, sobre as dificuldades enfrentadas quando ingressaram na Universidade, os dois alunos com DF foram enfáticos e responderam que sua maior dificuldade no início foi à falta de acessibilidade. Ainda questionados sobre suas dificuldades no campus, os alunos com DF responderam que hoje não enfrentam as mesmas dificuldades do início, pois a

Instituição procurou solucionar as barreiras que dificultavam o acesso desses alunos no campus. Observamos que na fala de A2, a direção do campus está preocupada com a condução dos direitos aos alunos à acessibilidade, o que nos permite afirmar que é também uma materialização da responsabilidade da UFPB sob o aspecto de garantir melhores condições aos alunos com deficiência.

Quanto à concepção sobre inclusão no ensino superior, observamos que a maioria dos profissionais da educação questionados, coordenador, chefes departamentais e professores entende que a inclusão no ensino superior, está relacionada à promoção do acesso adequado aos alunos. As concepções apresentadas pelos participantes da pesquisa coadunam com o que se espera sobre inclusão escolar e social (STAINBACK & STAINBACK, 1999, SASSAKI; 2001, CARVALHO, 2010).

Sobre a aceitação da inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, todos os profissionais da educação questionados, responderam estar em acordo com a inclusão desses alunos, ressaltando a importância e o direito deles a uma formação profissional, o que, em nossa análise não poderia ser diferente, uma vez que isso é garantido pelas leis nacionais e documentos internacionais que o Brasil é signatário (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA; 1994; DECLARAÇÃO DE EDUCAÇÃO PARA TODOS; 1990, e outros). Do ponto de vista dos alunos com deficiência entrevistados, em relação a sua aceitação na Universidade, os dois responderam terem sido bem recebidos por todos no Campus. O acolhimento por parte de todos que compõem o CCA/UFPB, foi de extrema importância para os alunos com DF continuarem seus estudos no Campus, não tendo que romper uma etapa de sua vida por não se sentirem aceitos na Universidade.

A maioria dos profissionais da educação questionada definiu deficiência física com sendo alguma alteração física do indivíduo que interfere na realização de suas atividades cotidianas. Apenas P6, respondeu não saber definir deficiência física.

Quanto à formação docente para o atendimento as NEE de alunos com deficiência, pôde-se analisar uma falta de capacitação dos professores voltada para o atendimento as NEE, sendo destacando por todos não ter nenhum curso preparatório

para lecionar alunos com deficiência, além de ressaltarem ter tido preocupação ao receber a notícia que em sua sala de aula haveria um aluno (a) com deficiência física e o mesmo foi destacado pelos chefes de departamento e coordenadora.

Em relação à adaptação curricular, analisamos que a maioria dos professores questionados, responderam não ter a necessidade de modificação em suas aulas, devido à deficiência do seu aluno ser física, e a única dificuldade representada seja a de mobilidade, não de aprendizagem.

As relações interpessoais evidenciadas nessa pesquisa mostraram que a relação aluno/professor e professor/aluno são muito boas. A relação dos alunos com DF com os outros alunos também se caracteriza como sendo muito boa. Entendemos que é de extrema importância para os alunos com DF se sentirem acolhidos e, principalmente, respeitados por todos, desde professores a alunos e servidores. Uma boa relação promovida pelos professores quebram barreiras e facilita o entendimento dos alunos sobre as disciplinas, pois os mesmos não ficam inibidos ao tirarem dúvidas com os docentes. E entre os outros alunos, faz com que eles se sintam a vontade em sua diferença, e sintam confortáveis no ambiente universitário.

Todos os professores questionados responderam considerar o aluno com DF como sendo participativo, sendo destacado por um dos professores o interesse de um dos alunos com DF pela sua disciplina.

O processo de inclusão de alunos com DF no Ensino Superior requer mudanças no ambiente universitário, sendo estas as mais necessárias de acessibilidade. É de responsabilidade da Universidade a promoção do espaço físico acessível para que os alunos com DF possam realizar suas atividades tanto acadêmica quanto social com autonomia, e para que isso seja possível, modificações na arquitetura dos prédios são necessárias.

Considerações Finais

www.tecnologianaeducacao.com.br

Realização:



Patrocínio:



Apoio:



A inclusão no ambiente escolar de alunos com deficiência é um processo pelo qual se busca a promoção de uma educação de qualidade para todos sem distinção, por meio de adaptações que garantam o acesso e a permanência desses alunos na escola.

O reflexo da inclusão de alunos com deficiência em escolas de ensino regular, nem sempre é traduzido nas Instituições de Ensino Superior, pois poucos são os alunos com deficiência que ingressam nessa modalidade de ensino, devido à falta de adaptação adequada para atender as necessidades especiais desses alunos.

O processo de inclusão caminha a passos lentos e requer empenho de todos que compõe uma comunidade escolar para promover o mesmo nas Instituições, seja de ensino básico ou de ensino superior. Para que isso ocorra, faz-se necessário a implementação de políticas de inclusão que visam a inclusão de alunos com deficiência e propõem atendimento adequado as suas necessidades especiais.

Reconhecemos como sendo de extrema importância atender o aluno com deficiência conforme as suas necessidades especiais, oferecendo a ele um ambiente saudável para o desenvolvimento de suas atividades. Dessa forma, as concepções dos profissionais sobre inclusão, foram de extrema importância, pois nos permitiu identificar a visão de cada profissional referente à temática, comparando-as com a realidade em sala de aula. Assim, além de uma preocupação expressada por parte dos profissionais da educação na hora de oferecer o atendimento adequado às necessidades especiais dos alunos com DF, percebe-se por meio dos dados o reconhecimento e aceitação desses profissionais a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, sendo enfatizada como consistir em direito de todos a uma formação profissional. Portanto, para que o profissional desempenhe suas atividades de forma a atender de maneira qualificada as necessidades especiais de alunos com deficiência no ensino superior, é de fundamental importância a formação do profissional da educação com oficinas de capacitação.

Finalizando, ressaltamos que as diferenças não são obstáculos para o exercício de uma educação de qualidade, e o reconhecimento da diversidade é fundamental para a

inclusão de práticas educativas e sociais. Entre as barreiras que dificultam o acesso de alunos com DF, ficaram constatadas que as barreiras arquitetônicas são as que mais interferem no desempenho de suas atividades, devendo haver adaptações adequadas segundo as normas de acessibilidade, nos prédios da Instituição.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos** (NBR 9050:2005, válida a partir de 30/12/05). Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

BOGDAN. R.; BIKLEN. S. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Edital Programa de Acesso a Universidade – Incluir**. Diário Oficial da União, Brasil, 2008.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº. 4/2009** - Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, 2009.

_____; **Acessibilidade Legislação Federal**, Decreto nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, Brasil.

_____; **Acessibilidade Legislação Federal**, Decreto nº 5.296, de 02 de Dezembro de 2004, Brasil.

_____; **Acessibilidade Legislação Federal**. Brasília, 2008.

_____; Portaria MEC nº 3.284, de 07 de novembro de 2003, Brasil.



Educação Tecnologia e Inovação Pedagógica

Espaço do Conhecimento

BRASIL. **Legislação Brasileira sobre Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 5ª ed. 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DUARTE, E.R. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência nas Instituições de Ensino Superior e nos cursos de Educação Física de Juiz de Fora pede passagem. E agora?**. Universidade Federal De Juiz De Fora, 2009.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. 2ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

_____. **Resolução ONU nº 48/93**, de 20 de Dezembro de 1993.

SASSAKI. Romeu K. **Construindo uma sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

STAINBACK, S.; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Declaração sobre os direitos de Todos à Educação**. Jomtien: Tailândia, 1990.

VALDÉS, M.T.M. **A Integração das Pessoas com Deficiência na Educação Superior**

www.tecnologianaeducacao.com.br



no Brasil. s/d.

Educação Tecnologia e Inovação Pedagógica

Espaço do Conhecimento

www.tecnologianaeducacao.com.br

Realização:



Patrocínio:



Apoio:

